

IX JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO

O Espaço da Democracia: desdobramentos políticos e reflexos na gestão do Poder Legislativo
17 e 18 de setembro - Câmara dos Deputados, Brasília-DF



O SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL BRASILEIRO INTERAGE COM OUTROS ATORES/ORGANIZAÇÕES PARA ATUAR NA POLÍTICA PÚBLICA?

Maricilene Isaira Baia do Nascimento¹
Natalia Massaco Koga²
Rafael Rocha Viana³
Alex dos Santos Macedo⁴
Gesiane do Socorro Andrade Leão Farias⁵

Palavras-chaves: Serviço Público Federal. Interações Organizacionais. Política Pública.

RESUMO

Tendo como interesse a atuação do servidor público federal nas atividades/funções de política pública e suas interações, esse trabalho parte dos seguintes questionamentos: o serviço público federal interage com outros atores/organizações para atuar na política pública? Com que frequência? Em qual contexto organizacional? Com quais dificuldades e facilidades? O argumento que se constrói é que colaboração entre diferentes atores e organizações no processo da política pública importa, na medida em que trabalho público também está “fora” da burocracia, sendo percebido por agências “condutivas”, que são as que engrenam suas estruturas e operações ao externo, assim como ao trabalho interno, conforme defende Agranoff (2012). Ademais, mapear as interações que os servidores públicos têm para “além de suas estruturas” foi motivado pelo pressuposto de que há uma estreita relação entre atividades de políticas e capacidade de políticas do estado, defesa de Wellstead, Stedman e Lindquist (2009).

Para responder aos questionamentos, os dados sobre as interações do serviço público federal foram oriundos de um levantamento conduzido pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) no ano de 2017, junto ao Serviço Civil da Administração Direta Federal, levantados a partir de amostragem aleatória simples e aplicação de *survey*, bem como da consolidação da base final ENAP (2018). Foram consideradas 2.000 respostas válidas de servidores de diferentes órgãos e que atuam em diferentes áreas de políticas públicas, para as quais foram os programas temáticos do Plano Plurianual do Governo Federal – PPA (2016-2019). As respostas dos respondentes foram estruturadas em escalas de concordância e de

¹ Universidade de Brasília (UnB) e Escola Nacional de Administração Pública (Enap) (maricilene_isaira@hotmail.com).

² Escola Nacional de Administração Pública (Enap) (natmkoga@gmail.com).

³ Escola Nacional de Administração Pública (Enap) (rafaelviana1985@gmail.com).

⁴ Universidade Federal de Viçosa (UFV) e Escola Nacional de Administração Pública (Enap) (alexmacedo.ufv@gmail.com).

⁵ Universidade de Brasília (UnB) e Escola Nacional de Administração Pública (Enap) (gsalfarias@gmail.com).

IX JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO

*O Espaço da Democracia: desdobramentos políticos e reflexos na gestão do Poder Legislativo
17 e 18 de setembro - Câmara dos Deputados, Brasília-DF*



preferência. As análises partiram de descrições estatísticas (frequência, média, moda e assimetria).

Na categoria “recursos interacionais”, sobre a pergunta “com que frequência você interage com atores/organizações para executar o seu trabalho na política pública?”, destaque na soma das escalas “frequentemente” e “sempre”, para interações com “outras áreas do meu ministério” (59%) e para “outros ministérios ou entidade” (38%). Já em relação à soma das escalas “nunca” e “raramente”, para interações com: “governo de outros países” (77%), “sindicatos e entidades representativas de empregados e trabalhadores” (74%), “entidades do sistema sindical patronal ou serviços sociais” (72%), “organizações internacionais” e “mídia e imprensa” (71%, cada), “representantes do Poder Legislativo” (70%), “instâncias participativas” e “empresas públicas e de economia mista” (67%, cada).

Na categoria “contexto organizacional”, em relação às assertivas sobre “o quanto você concorda com as afirmativas em relação ao contexto do seu órgão para a implementação da política pública na qual você trabalha”, para as quais as respostas foram estruturadas em 10 opções/ graus de concordância, escalados entre as extremidades “discordo totalmente” e “concordo totalmente”, e interpretadas pelos coeficientes de assimetria, destaque está para uma tendência de discordância sobre as afirmativas: “o órgão disponibiliza ao público dados ou informações sobre projetos e programas da política pública quando solicitado” (-1,05), “o órgão tem boa reputação perante a sociedade” (-0,78), “o órgão considera opiniões e críticas dos atores externos interessados da política pública no processo de tomada de decisões (ex. beneficiários, ONGs, movimentos sociais, organizações empresariais, sindicais, etc)” (-0,39) e “o órgão promove a realização de processos participativos, tais como consultas públicas, audiências públicas e conferências”, “os órgãos de controle têm contribuído para aprimorar a implementação da política pública, apontando os erros e ajudando a construir caminhos para solucioná-los” (-0,38). Como tendência à concordância, destaque para “o órgão é capaz de mobilizar atores do Legislativo e Judiciário para promover mudanças e inovações relativas à política pública” (0,08).

Ainda na categoria “contexto organizacional”, em relação às “quais são as principais dificuldades enfrentadas para a implementação da política pública na qual você trabalha atualmente”, tendo de classificar 5 afirmativas que consideravam mais e menos preferentes entre as existentes, as afirmativas escolhidas como mais e menos preferidas, conjuntamente, em ordem decrescente quantitativamente, foram: “insuficiência de recursos orçamentários e financeiros para o alcance das metas” (12,5%), “insuficiência de pessoal para a realização do trabalho” (12,5%), “mudanças constantes de dirigentes que afetam a continuidade da política pública” (8,9%), “deficiência dos processos de gestão estratégica, tais como planejamento e monitoramento” (8,2%), “a não prioridade da política pública na agenda do governo ou do ministro responsável” (7,9%), “inexistência de uma cultura de tomada de decisões a partir de dados e evidências” (7,3%).

Na categoria “conhecimentos”, sobre as afirmativas referentes a “se você for solicitado para realizar determinadas tarefas, qual o grau de facilidade você teria em realizá-las”, para as

IX JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO

O Espaço da Democracia: desdobramentos políticos e reflexos na gestão do Poder Legislativo
17 e 18 de setembro - Câmara dos Deputados, Brasília-DF



quais as respostas foram estruturadas em 10 opções/ graus de dificuldade, escalados entre as extremidades “muito difícil” e “muito fácil”, e interpretadas pelos coeficientes de assimetria, destaque está para uma tendência de dificuldade sobre as afirmativas: “elaborar e acompanhar a execução de um instrumento de parceria (ex. convênio, acordos de cooperação, termos de fomento e colaboração, etc.)” (-.414), “utilizar novas ferramentas e tecnologias de informação e comunicação para otimizar o trabalho (ex. redes sociais, ferramentas de *Business Intelligence*, programação em Java, *Python* ou R, etc.)” (-.332), “elaborar normativos claros e coerentes (ex.: projetos de lei, minutas de decretos e portarias, etc.)” (-.328), “elaborar, acompanhar e fiscalizar um processo de contratação de serviço” (-.320), “realizar o processo de prestação de contas à auditoria interna ou externa” (-.222), “definir indicadores e metodologias para avaliação e monitoramento da política pública” (-.195).

Na categoria “habilidades”, sobre as afirmativas referentes a “se você for solicitado a realizar tarefas, qual grau de facilidade você teria para realizá-las”, para as quais as respostas foram estruturadas em 10 opções/ graus de dificuldade, escalados entre as extremidades “muito difícil” e “muito fácil”, e interpretadas pelos coeficientes de assimetria, destaque está para uma tendência de dificuldade sobre as afirmativas: “coordenar uma equipe” (-1,19), “construir ou mudar de opinião a partir da escuta de outros atores envolvidos na política” (-1,10), “fazer apresentações em público de forma clara e convincente” (-1,08), “mediar conflitos interpessoais e conciliar interesses” (-1,00), “mobilizar parceiros para identificar soluções e planejar ações conjuntas para problemas comuns” (-0,94), “identificar janelas de oportunidade e agir prontamente para promover mudanças na política pública” (-0,79), “defender posições institucionais em ambientes externos (ex. em instâncias participativas, junto à mídia, ao Legislativo, etc.)” (-0,66), “obter apoio e mobilizar atores externos a seu órgão para promover mudanças e inovações na política pública” (-0,48).

REFERÊNCIAS

AGRANOFF, Robert. **Collaborating to Manage: a Primer for the Public Sector**. Washington: Georgetown University Press, 2012.

ENAP. Capacidades do Civil Service da Administração Federal Direta na produção de políticas públicas. **Cadernos ENAP**, v. 54, p. 5-102, 2018. No prelo.

WELLSTEAD, Adam; STEDMAN, Richard C.; LINDQUIST, Evert. The nature of regional policy work in Canada's public service. **Canadian Political Science Review**, v. 3, n. 1, p. 34-56, 2009.